

**COLONIALISMO DE DADOS SEGUNDO NICK COULDRY
E ULISES MEJIAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA
CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**

***DATA COLONIALISM ACCORDING TO NICK COULDRY
& ULISES MEJIAS: AN ANALYSIS THROUGH THE LENSES
OF THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY***

***EL COLONIALISMO DE DATOS SEGÚN NICK COULDRY
Y ULISES MEJIAS: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA
DE LA CRÍTICA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA***

Rodrigo Moreno Marques¹

Submetido em: 10/03/2026

Aprovado em: 19/03/2026

Publicado em: 22/03/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade



¹ Doutor em Ciência da Informação. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rodrigomorenomarques@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6320-4874>.

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma análise da abordagem do colonialismo de dados proposta por Nick Couldry e Ulises Ali Mejias. A análise adota uma perspectiva fundada na crítica da economia política concebida por Karl Marx e nos princípios metodológicos que lhes são subjacentes. Os resultados da análise revelam algumas fragilidades da tese do colonialismo de dados de Couldry e Mejias. Os autores incorrem em equívoco ao analisar a extração de valor econômico dos dados sem incluir em sua análise justamente os agentes responsáveis pela criação de valor, isto é, os trabalhos humanos em suas formas sociais especificamente capitalistas. Além disso, eles não diferenciam as atividades humanas que criam valor das atividades humanas que estão a serviço da transferência de valor. Diante dessa lacuna, acabam por não distinguir, tanto no plano microeconômico quanto no plano macroeconômico, os agentes que criam riqueza dos agentes que enriquecem por meio da apropriação de riqueza criada por terceiros. Por fim, a solução proposta pelos autores para superar o assim chamado colonialismo de dados incorre em desacertos análogos aos do idealismo iluminista, pois está fundada em uma ruptura epistemológica que desconsidera que matrizes epistêmicas não são autônomas em relação às estruturas socioeconômicas que as produzem, ou seja, em relação à materialidade social do mundo em que vivemos.

Palavras-Chave: Colonialismo de dados; Capitalismo; Economia Política; Crítica da economia política; Marxismo.

Abstract: *The paper aims to present an analysis of the data colonialism approach proposed by Nick Couldry and Ulises Ali Mejias. To achieve this, a perspective founded on Karl Marx's critique of political economy and its underlying methodological principles is adopted. The analysis reveals weaknesses in Couldry and Mejias's data colonialism thesis. The authors make the mistake of analyzing the extraction of economic value from data without including in their analysis the agents responsible for creating value, that is, the specifically capitalist social forms of human labor. Furthermore, the authors fail to distinguish between human activities that create value and those that transfer value. Given this gap, they end up failing to distinguish, both at the microeconomic and macroeconomic levels, between agents who create wealth and agents who enrich themselves through the appropriation of wealth created by others. Furthermore, the solution proposed by the authors to overcome the so-called data colonialism is flawed in misconceptions analogous to those of Enlightenment idealism, since it is essentially based on an epistemological rupture that disregards the fact that epistemic matrices are not autonomous in relation to the socioeconomic structures that produce them, that is, in relation to the social materiality of the world in which we live.*

Keywords: *Data colonialism. Capitalism. Political economy. Critique of political economy. Marxism.*

Resumen: *El objetivo de este artículo es presentar un análisis del enfoque del colonialismo de datos propuesto por Nick Couldry y Ulises Ali Mejias. El análisis adopta una perspectiva fundamentada en la crítica de la economía política*

concebida por Karl Marx y los principios metodológicos que la sustentan. Los resultados del análisis revelan algunas debilidades en la tesis del colonialismo de datos de Couldry y Mejias. Los autores cometen un error al analizar la extracción de valor económico de los datos sin incluir en su análisis precisamente a los agentes responsables de la creación de valor, es decir, el trabajo humano en sus formas sociales específicamente capitalistas. Además, no logran diferenciar entre las actividades humanas que crean valor y las que sirven a la transferencia de valor. Dada esta omisión, terminan por no distinguir, tanto a nivel microeconómico como macroeconómico, entre los agentes que crean riqueza y los agentes que se enriquecen mediante la apropiación de la riqueza creada por otros. Finalmente, la solución propuesta por los autores para superar el llamado colonialismo de datos incurre en errores análogos a los del idealismo ilustrado, ya que se basa en una ruptura epistemológica que ignora el hecho de que las matrices epistémicas no son autónomas en relación con las estructuras socioeconómicas que las producen, es decir, en relación con la materialidad social del mundo en que vivimos.

Palabras clave: Colonialismo de datos; Capitalismo; Economía política; Crítica de la economía política; Marxismo.

1 INTRODUÇÃO

O artigo relata investigação que está inserida em uma agenda de pesquisa de longo prazo que emprega as lentes da crítica da economia política para analisar fenômenos contemporâneos que envolvem a informação, a comunicação e a cultura.

O objetivo do artigo é apresentar uma análise da abordagem do colonialismo de dados proposta por Couldry e Mejias (2019a, 2019b, 2019c, 2021), por meio de uma perspectiva fundada na crítica da economia política e nos princípios metodológicos que lhes são subjacentes (Marx, 2011, 2013, 2014, 2017, 2024; Netto, 2006, 2011; Marques, 2023, 2025).

Analisar a referida abordagem de Couldry e Mejias se justifica pelo fato de ela ser uma das mais citadas no debate sobre colonialismo de dados e colonialismo digital, tanto em nível internacional quanto nacional (Avelino, 2023; Cassino; Souza;

Silveira, 2021; Faustino; Lippold, 2023; Lippold, Faustino, 2022). Além disso, perspectivas que se apresentam como críticas e libertadoras também precisam passar pelo crivo da crítica pois ela é imprescindível para o desenvolvimento de sistemas de ideias e práticas sociais, o que exige refletir sobre seus limites e sobre a necessidade de retificar estratégias (Safatle, 2026a, 2026b). Sob as lentes da dialética, precisamos questionar teorias e categorias teóricas para delas expurgar o que precisa ser revogado e para preservar seus melhores atributos, resultando em perspectiva mais elevada, enriquecida pela reflexividade (Paula, 2010).

Os resultados da análise realizada revelam que Couldry e Mejias, apesar de evocarem a economia política e o marxismo ao descrever o chamado colonialismo digital, acabam subvertendo alguns princípios fundamentais revelados por Marx. Porém, o maior problema da análise de Couldry e Mejias não é contradizer o pensamento de Marx, mas representar mal as relações sociais que estão ocultas por trás das aparências das plataformas digitais.

Couldry e Mejias, ao analisar a extração de valor econômico dos dados, incorrem em desacerto ao excluir de sua análise justamente os agentes que criam valor, isto é, os trabalhos humanos em suas formas sociais especificamente capitalistas. Além disso, ao não diferenciar as atividades humanas que criam valor das atividades humanas que transferem valor, acabam por não distinguir, nos planos microeconômico e macroeconômico, os agentes que criam riqueza dos agentes que enriquecem por meio da apropriação de riqueza criada por terceiros. Por fim, a solução proposta pelos autores para superar o assim chamado colonialismo de dados incorre em equívocos

análogos aos do idealismo iluminista, pois está fundada em uma ruptura epistemológica que desconsidera que matrizes epistêmicas não são autônomas em relação às estruturas socioeconômicas que as produzem, ou seja, não são autônomas em relação à materialidade social do mundo em que vivemos.

O artigo está estruturado em cinco seções. Após a introdução, a segunda seção traça um panorama geral das abordagens decoloniais no campo da tecnologia. Em seguida, são apresentados os principais fundamentos da tese do colonialismo de dados de Couldry e Mejias. A seguir, o método da crítica da economia política é empregado para confrontar a perspectiva de Couldry e Mejias. A última seção traz uma breve síntese da análise feita.

2 ABORDAGENS DECOLONIAIS NO CAMPO DA TECNOLOGIA

No campo da tecnologia, a tese do colonialismo de dados de Couldry e Mejias é uma entre diferentes abordagens decoloniais que têm sido propostas, cada uma com suas interpretações específicas.

A expressão colonialismo digital foi adotada pela primeira vez em uma obra ensaística em que Casati (2013) argumenta que o ambiente digital teria se tornado uma ameaça à capacidade humana de leitura. O termo colonialismo de dados foi cunhado por Thatcher *et al.* (2016) para caracterizar o uso de big data como uma forma capitalista de expropriação e despossessão. No ano seguinte, Casilli (2017) apontou uma virada decolonial digital em um artigo sobre trabalho em plataformas digitais. O autor criticava a generalização do uso do termo colonialismo, que era indicativo do que ele chamou de armadilha do neocolonialismo, ou seja, o equívoco de assumir que qualquer relação de poder internacional poderia ser tomada como

uma dinâmica neocolonial (Casilli, 2017, p. 3945). Couldry e Mejias (2019a) entraram no debate sobre colonialismo de dados no mesmo ano em que Ricaurte (2019) expôs uma análise decolonial, interseccional e feminista do colonialismo de dados ao abordar a violência epistêmica contra mulheres e indígenas. Naquela ocasião, Kwet (2019) apresentou uma análise decolonial voltada para dados e tecnologia, em que o autor empregou o termo colonialismo digital, caracterizando-o como um desdobramento do imperialismo econômico. Zuboff (2020) descreveu o que ela chamou de capitalismo de vigilância, apresentando-o como um eco da história do colonialismo, mas sem dar a devida atenção aos diferentes efeitos do chamado capitalismo de vigilância nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, conforme acertadamente apontou Martins (2021).

Alguns autores brasileiros também têm tomado parte nesse debate. Cassino, Souza e Silveira (2021) organizaram o livro intitulado *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica da guerra neoliberal*. Avelino (2023) publicou o livro *Colonialismo digital: tecnologias de rastreamento online e a economia informacional*. No mesmo ano, Faustino e Lippold (2023) publicaram o livro *Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana*.

Críticas têm sido apresentadas contra as abordagens do colonialismo de dados. Milan e Treré (2019) empregam a expressão universalismo de dados ao apontar o desacerto de abordagens que discutem *big data* sem dar a devida atenção ao princípio da historicidade, ou seja, como se esse fenômeno operasse fora da história e de contextos que apresentam especificidades sociopolíticas, culturais e econômicas. Segura e Waisbord (2019) argumentam que

os métodos de datificação não são colonialistas por não empregarem violência física brutal, como ocorria no colonialismo histórico. Seto (2023) critica as abordagens decoloniais que empregam uma visão dicotômica ao considerar apenas duas categorias de países (do norte global e do sul global). Essas perspectivas, explica o autor, ignoram o fato de que no chamado sul global há países que são sede de plataformas digitais (a exemplo de iFood, Rappi e Mercado Livre) que constituem um tipo de subimperialismo de dados dentro do bloco dos países pertencentes à periferia do capitalismo.

Esse breve panorama das abordagens decoloniais no campo da tecnologia demonstra como tem sido diversificado e controverso esse debate. Circunscrita em um recorte bem menos amplo, a análise apresentada a seguir tem como objeto a tese do colonialismo de dados de Couldry e Mejias.

3 O COLONIALISMO DE DADOS SEGUNDO NICK COULDRY E ULISES MEJIAS

Couldry e Mejias (2021) apresentam uma síntese da tese do colonialismo de dados nos seguintes termos:

As práticas de apropriação e processamento de dados são, em si, um novo e distinto tipo de extração de recursos com significado global. Como tal, representam uma nova fase histórica de colonialismo: um novo modo assimétrico de espoliação por meio de dados, fundamentado em uma persistentemente concepção colonial dos recursos materiais e imateriais do mundo, e dos direitos que supostamente derivam deles. A proposta é que uma nova forma de colonialismo surge não simplesmente quando as coisas são digitalizadas, mas quando aspectos de nossas vidas são convertidos em dados digitais com o propósito de gerar lucro. Daí o termo 'colonialismo de dados', não colonialismo digital. Por oferecer uma teoria geral de extração, não apenas uma geograficamente específica, a tese do colonialismo de dados

não se limita a locais históricos específicos que foram objeto de extração colonial. Essa nova apropriação colonial pode ocorrer onde quer que os recursos extraídos estejam situados, ou seja, potencialmente em qualquer lugar (já que a vida humana está em toda parte), mesmo que suas consequências sejam particularmente nocivas onde elas se sobrepõem ao legado do colonialismo histórico (Couldry; Mejias, 2021, p. 10).

Os autores (2019b, 2021) alegam não empregar a expressão colonialismo de dados em sentido metafórico, como fazem Thatcher *et al.* (2016). Eles adotam essa expressão para representar as práticas de *big data* que revelariam que o extrativismo colonial é uma característica real do capitalismo contemporâneo. Esse tipo de colonialismo contemporâneo representaria um novo estágio do colonialismo que lançaria as bases para novos desenvolvimentos do capitalismo.

De acordo com os autores, o principal ator do colonialismo de dados é designado, coletivamente, de setor de quantificação social. Esse setor é constituído por plataformas digitais envolvidas na captura de nossas ações cotidianas para transformá-las em dados quantificáveis que são analisados e usados para gerar lucro (Couldry; Mejias, 2019a, 2019b).

Assim, o colonialismo de dados estaria mudando a sociedade por meio da transformação da vida humana em dados, uma nova forma social abstrata pronta para ser mercantilizada. Supondo que todos os domínios da vida social teriam se tornado matéria prima a ser apropriada pelas *big techs*, os autores alegam que o mais relevante para transformação da vida humana em dados não seriam as relações de trabalho, mas, sim, novas relações sociais que eles chamam de relações de dados (*data relations*).

As relações de dados, argumentam Couldry e Mejias, se desenvolvem por meio do engajamento das pessoas que usam plataformas digitais e infraestruturas de processamento de dados. Por meio das relações de dados, isto é, por meio de novos tipos de relações humanas que permitem a extração de dados para sua mercantilização, toda a vida social teria se tornado recurso disponível para ser extraído.

As relações de dados são de vários tipos, mas todas elas compartilham uma característica básica: elas garantem recursos informacionais (dados) para o capitalismo em aspectos da vida humana que até então não eram considerados insumos para produção. Muito além da esfera da atividade produtiva típica, a interação social ordinária é cada vez mais vivenciada em ambientes que continuamente coletam dados, fazem predição comportamental e moldam escolhas. Mas isso somente é possível porque os atores sociais atualmente entram mais ou menos voluntariamente em relações de dados que garantem fluxos regulares de dados para o capital (Couldry; Mejias, 2019c, p. 12).

Segundo Couldry e Mejias, esses novos tipos de relações humanas naturalizam e normalizam a extração de dados usados como insumos para criação de novas formas de valor econômico (2019a, 2019b, 2019c).

Os autores empregam a noção de datificação (*datification*) proposta por Van Dijck (2014) para representar a quantificação do social, que seria o primeiro passo para o colonialismo de dados. A apropriação de recursos levada a cabo por meio da datificação permitiria a apropriação da própria vida humana, ao anexá-la diretamente ao capital como parte de uma reconstrução dos espaços da experiência social.

As relações de dados, argumentam os autores, permitem que o capital se aproprie da vida humana de três maneiras principais: (i) captura de dados por plataformas de redes sociais para sua mercantilização e extração de valor; (ii) captura de dados relativos a logísticas envolvidas em todas as atividades humanas, sejam elas voltadas para o lucro ou não; e (iii) rastreamento, por parte dos indivíduos, de suas próprias atividades, seja voluntariamente ou não (Couldry; Mejias, 2019a, p. 341-342).

Em suma, por meio desse novo tipo de relação social, a vida seria transformada em um recurso aberto à exploração. O aspecto singular desse momento histórico seria o fato de a vida humana ser organizada pelas assim chamadas relações de dados, possibilitando que ela se torne insumo para o capital.

Para compreender esse fenômeno, Couldry e Mejias (2019b, 2021) propõem a adoção da dupla lente do colonialismo e do capitalismo. Porém, eles advogam que, para apreender como a distribuição desigual de recursos é justificada e legitimada, o melhor conceito a ser empregado não é o de capitalismo, mas, sim, o de colonialidade, conforme estabelecido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992). Como os dados pessoais não estão naturalmente à disposição para serem capturados, sistemas precisam ser concebidos para sua captura. Assim, alegam os autores, é necessário que essa apropriação de dados seja naturalizada e legitimada por meio de disputas ideológicas. Surge então uma racionalidade que defende que a extração de dados pelas empresas beneficiaria a sociedade, de modo similar à racionalidade que defendia que a humanidade se

beneficiária do colonialismo histórico como se ele fosse um projeto civilizatório (Couldry, Mejias, 2019a, 2019b, 2019c, 2021).

Assim como no período do colonialismo clássico, nessa “nova fase do colonialismo” (Couldry, Mejias, 2019a, p. 337) ou “nova forma de colonialismo” (2019a, p. 339), a apropriação de recursos, que se dá em escala global, passa a ser normalizada e a despossessão é vista como processo natural. Esse tipo de racionalidade seria similar à apontada por Quijano (1992), ou seja, uma cosmovisão específica de uma etnia particular (a modernidade europeia), entendida como uma racionalidade universal. Assim, o ponto central da abordagem decolonial seria a contínua violência epistêmica, que vigoraria desde o colonialismo histórico até o tempo presente, como argumenta Ricaurte (2019).

Seguindo essa interpretação, Couldry e Mejias (2021) caracterizam a virada decolonial não apenas como violência física, mas, sobretudo, como uma apropriação de recursos em escala global que está fundada na violência epistêmica. Para os autores, o núcleo do colonialismo, em sua forma histórica ou contemporânea, seria a racionalidade que naturaliza a violência da apropriação contínua, legitimando-a como necessária para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, eles afirmam que

O colonialismo, em sua forma histórica ou contemporânea, só pode ser enfrentado se atacado em seu núcleo: a racionalidade subjacente que faz com que a violência da apropriação contínua pareça natural, necessária e um aprimoramento do desenvolvimento humano (Couldry; Mejias, 2019a, p. 345).

Tendo esse postulado como referência, os autores argumentam que as lutas decoloniais contra os processos de extração de dados

devem ocorrer em duas frentes: enfrentamento das práticas em curso no âmbito da tecnologia e enfrentamento na esfera da racionalidade que legitima a dominação do colonialismo de dados (2021).

Após essa breve exposição da tese do colonialismo de dados de Couldry e Mejias, na próxima seção ela é confrontada com alguns princípios do método da crítica da economia política (Marx, 2011, 2013, 2014, 2017, 2024; Netto, 2006, 2011, Marques, 2023, 2025). Esse confronto releva fragilidades e lacunas do pensamento decolonial dos autores em tela.

Por limitações de espaço, a crítica que ora apresento aborda apenas três fragilidades da tese do colonialismo de dados de Couldry e Mejias.

4 CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DO COLONIALISMO DE DADOS DE NICK COULDRY E ULISES ALI MEJIAS

Uma primeira fragilidade está na concepção de valor adotada pelos autores. Quando tentam explicar a origem do valor no contexto do colonialismo de dados, Couldry e Mejias negam que o trabalho humano seja responsável pela criação de valor e de mais valor. Em termos marxistas, postulam que o conteúdo do valor teria deixado de ser o trabalho humano abstrato.

Negando o papel do trabalho como criador de valor e como fundamento ontológico da sociabilidade humana (Lukács, 2013; Marx, 2013; Marx, Engels, 2007), Couldry e Mejias (2019a, 2019b, 2019c) se equivocam ao analisar a extração de valor econômico dos dados sem incluir em sua análise justamente o elemento responsável pela

criação de valor, isto é, os trabalhos humanos em suas formas sociais especificamente capitalistas. Nas palavras de Couldry e Mejias,

O que é central na nova ordem social capitalista é que a interação social ordinária contribui para o mais valor não como trabalho, mas como um fator de produção. A vida humana está sendo incorporada no interior de um processo de produção amplamente expandido e, como tal, se defronta com crescente pressão para ser mercantilizada, seja como dados pelos quais as plataformas são pagas [...] ou, segundo alguns reformistas, como [...] força de trabalho dos usuários das plataformas que deveriam ser remunerados por elas. O ponto chave não é a existência de pagamentos, mas o fato de os rastros digitais de nossas atividades estarem sob pressão para serem mercantilizados. Essa é a principal mudança em curso e ela não decorre da transformação do trabalho via plataformas digitais, mas de algo mais profundo: uma expansão de todo o processo de produção capitalista e dos seus fatores [...] para englobar o fluxo da vida humana em todas as suas possibilidades (Couldry; Mejias, 2019c, p. 30-31).

Ao negar a centralidade do trabalho para constituição do ser social, Couldry e Mejias acabam repetindo um grave equívoco de interpretações que, há algumas décadas, distorciam o papel do trabalho na constituição da sociabilidade humana, como as abordagens de Claus Offe (1991), Domenico De Masi (2000) e Yann Moulier-Boutang (2011). Com o passar do tempo, essas interpretações acabaram perdendo a relevância, não tanto por terem sido contestadas por outros autores, mas sobretudo por não resistirem a um critério objetivo de verificação da verdade, que é a prática social e histórica.

Conforme relevado pelos jovens Marx e Engels (2007) e enfatizado por Marx (2013, p. 120), em sua obra magna, o trabalho é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do

metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. Assim, nessa dimensão universal, trans-histórica, válida para qualquer formação social, o trabalho define o gênero humano, ou seja, o trabalho é uma “forma eterna que se mantém ao longo das mudanças das formações sociais” (Lukács, 2013, p.77). No entanto, ao longo da história da humanidade, o trabalho passa por mudanças de forma, ou seja, assume diferentes formas sociais que, em última instância, são responsáveis pela constituição de formações sociais historicamente específicas.

Isso significa que, se quisermos apreender as relações sociais mais relevantes para constituição de uma sociabilidade predominante em algum momento da história humana, devemos buscá-las nas diferenças específicas das relações sociais que estão ocultas por trás dos trabalhos humanos. E é justamente esse fundamento ontológico que Couldry e Mejias descartam e substituem por uma abstrata noção de exploração da vida humana.

Esse grave desacerto é análogo ao de Zuboff (2020) que, apesar de produzir um livro de quase oitocentas páginas para caracterizar o que ela chama de capitalismo de vigilância, nada diz sobre o conjunto heterogêneo e complexo de trabalhadores necessários para conceber, operar, atualizar e controlar as plataformas digitais, seus algoritmos e bases de dados. O capitalismo de vigilância retratado por Zuboff apresenta um aspecto surreal: nele parece não existir trabalho humano explorado, apenas decisões de diretores e gerentes.

Uma segunda fragilidade da abordagem de Couldry e Mejias recorre da falta de distinção entre os processos de produção de valor e os processos de circulação de valor. Em outras palavras, os autores

não distinguem dois tipos básicos de empreendimentos capitalistas, isto é, os que efetivamente criam valor e os rentistas, que se apropriam do valor criado pelos primeiros (Marx, 2013, 2014, 2017; Srnicek, 2016, 2022; Marques, 2018, 2023). Diante dessa lacuna, Couldry e Mejias acabam por não diferenciar, tanto no plano microeconômico quanto no plano macroeconômico, esses dois tipos de agentes. Essa fragilidade impede que os autores distingam as plataformas que efetivamente criam valor e as que, apesar não criarem valor, são capazes de capturar o valor. Alguns exemplos são úteis para expor a gravidade desse desacerto. Não devemos confundir um empreendimento capitalista industrial com um empreendimento capitalista rentista. Não devemos confundir o enriquecimento decorrente do capital aplicado na produção industrial com o enriquecimento decorrente do capital usurário de um banco. Tampouco devemos confundir as relações sociais envolvidas em plataformas de transporte (como *Uber*) com as relações sociais envolvidas em plataformas de hospedagem (como *Airbnb*).

Como resultado desses equívocos, os autores propõem uma abordagem fetichista que, em vez de revelar, oculta as mais relevantes relações sociais envolvidas nas diferentes plataformas digitais. E a “essência humana”, nos lembra Marx (2007, p. 534), “é o conjunto das relações sociais”.

Outra fragilidade da perspectiva de Couldry e Mejias, mas não menos importante, refere-se à adoção da proposta de descolonização epistemológica de Quijano (1992) como solução para a superação do colonialismo de dados.

Ao supor que a descolonização epistemológica seria capaz de fundar as bases de uma nova racionalidade, heterogênea, diversa e aberta ao outro, Couldry e Mejias caem nas armadilhas da racionalidade idealista que Marx e Engels denunciaram desde sua juventude (2007). Nos termos de Marx e Engels,

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 2007, p. 47).

As ideias e a razão não são capazes, por si só, de gerar transformação social pois elas não são autônomas em relação a realidade concreta em que vivemos. Uma racionalidade predominante é sempre fruto de contraditórias condições sociais historicamente específicas. Em cada contexto histórico, as ideias predominantes tendem a ser a expressão da dominação de algumas classes sociais sobre outras, isto é, tendem a ser expressão de lutas de classe que emergem no esforço cotidiano das pessoas produzirem e reproduzirem suas próprias vidas. Porém, o pensamento dialético não admite relações causais deterministas. Se, por um lado, a consciência humana é resultado da materialidade social vigente, por outro lado, a própria materialidade social transforma-se dialeticamente ao longo da

história (Fine; Saad-Filho, 2018; Lukács, 2013; Safatle, 2026a, 2026b).

Conforme apontam Albinati (2020) e Oliveira (2025), considerando que o termo moralidade designa o conjunto de normas, valores e princípios normativos que predominam em uma sociedade historicamente específica, Marx corretamente aponta que a superação de uma sociabilidade vigente não advém de um apelo moral, nem de especulações sobre o que seria uma nova moralidade superior ou sobre os princípios mais condizentes com uma nova sociedade almejada. Nos termos de Albinati,

Interessado em uma pesquisa que visava extrair da realidade os seus nexos mais essenciais, o pensamento de Marx remete a questão da moralidade ao terreno da inserção social e recusa, dessa forma, o procedimento especulativo de torar o campo normativo de uma teoria das obrigações morais (Albinati, 2020, p. 15).

Considerar que um giro epistêmico pode ser o principal catalisador da emancipação humana representa uma perspectiva idealista, que se assemelha à crença iluminista de que o conhecimento e a razão produziriam, por si só, um mundo mais justo, fraterno e livre. Althusser (2015, p. 69) assim sintetizou essa ilusão: "basta denunciar as desrazões para que elas cedam, e dizer a razão para que ela vença".

Couldry e Mejias (2021) corretamente apresentam uma crítica à perspectiva de Zuboff (2020) ao afirmarem que o problema do colonialismo de dados não é, como diagnosticado pela autora, um problema com um número limitado de capitalistas de vigilância desonestos e nocivos que se desviaram do caminho virtuoso da ética.

Porém, tanto a solução que Couldry e Mejias apresentam, quanto a solução de Zuboff, são prescrições idealistas, ainda que distintas. Zuboff erra ao colocar socialismo e nazismo no mesmo bojo, não vislumbra a possibilidade de superação da sociabilidade do capital e sequer percebe o caráter intrinsecamente autodestrutivo do capitalismo. De acordo com o idealismo racionalista de Zuboff (2020, p. 583-588), para superar os problemas do capitalismo de vigilância, devemos fazer uso da opinião pública para impulsionar realizações morais e políticas, visando a criar um capitalismo digital mais inclusivo e democrático

Segundo o idealismo de Couldry e Mejias (2021, p. 13), a transformação da racionalidade humana deve dar origem a uma sociabilidade que seja uma alternativa ao capitalismo e ao comunismo. Assim, os autores buscam uma alternativa ao modelo motivado pelo lucro que caracteriza o capitalismo do Vale do Silício e também uma alternativa ao modelo da China, que seria, segundo eles, motivado pelo controle. Esses argumentos revelam que Couldry e Mejias ignoram o fato de que as plataformas digitais chinesas, como *Alibaba*, *Tencent* e *ByteDance*, também são motivadas pelo lucro e também estão subordinadas à ordem do capital, ainda que o Estado chinês tenha maior capacidade de intervenção sobre elas e sobre os conteúdos que nelas circulam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, foram apresentados alguns aspectos centrais da abordagem do colonialismo de dados proposta por Couldry e Mejias (2019a, 2019b, 2019c, 2021). Além disso, o emprego do método da

crítica da economia política permitiu revelar algumas graves fragilidades da perspectiva desses autores decoloniais.

Ao denunciar a assim chamada exploração da vida humana por meio da datificação, a abordagem de Couldry e Mejias fica presa no nível abstrato da análise, sem elevar-se ao nível concreto da realidade e suas múltiplas determinações como recomenda o método dialético. Prejudicada por esse desacerto metodológico, a análise dos autores representa mal as formas sociais que fazem das tecnologias digitais instrumentos de dominação, além de não revelar as mais relevantes relações sociais que permanecem ocultas por trás das aparências das plataformas digitais.

A crítica da economia política nos revela que a devida apreensão das formas de exploração contemporâneas não se dá por meio da pluralização de perspectivas epistêmicas ou pela desnaturalização de hierarquias coloniais, mas sim pela apreensão das formas sociais que fazem com que essas hierarquias sejam estruturalmente necessárias à reprodução do capitalismo (Almeida, 2026a, 2026b).

Parafraseando Safatle (2026a, 2026b), podemos afirmar que a abordagem do colonialismo de dados proposta por Couldry e Mejias não é suficientemente descolonizadora. Ao alimentar uma crítica apartada de suas bases materiais mais importantes, esse tipo de perspectiva apresenta força política limitada, sem fôlego para lutar contra uma dominação que, cada vez mais, faz das tecnologias digitais instrumentos de exploração a serviço do capital.

REFERÊNCIAS

ALBINATI, Ana Selva. **A questão da moralidade na obra de Marx**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. 2020.

ALMEIDA, Silvio. Porque não sou decolonial (parte I): o problema do método: colonialidade, estrutura e crítica da economia política.

Substack, [s./], 06 fev. 2026a. Disponível em:

<https://silvioalmeida.substack.com/p/por-que-nao-sou-decolonial-parte>. Acesso em 13 mar. 2026.

ALMEIDA, Silvio. Porque não sou decolonial (Parte II): modernidade, crise e estratégia. **Substack**, [s./], 13 fev. 2026b. Disponível em:

<https://silvioalmeida.substack.com/p/por-que-nao-sou-decolonial-parte-a4c>. Acesso em 13 mar. 2026.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

AVELINO, Rodolfo da Silva. **Colonialismo digital**: tecnologias de rastreamento online e a economia informacional. São Paulo:

Alameda, 2023.

CASILLI, Antonio. Digital labor studies go global: Towards a digital decolonial turn. International. **Journal of Communication**, [s./],

v. 11, p. 3934–3954, 2017. Disponível em:

<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/6349>. Acesso em: 13 mar. 2026.

CASATI, Roberto. **Contro il colonialismo digitale**: istruzione per continuare a leggere. Roma: Laterza, 2013.

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Orgs.). **Colonialismo de dados**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. **Television & New**

Media, [s./], v. 20, n. 4, p. 336-349, 2019a. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476418796632>.

Acesso em 13 mar. 2026.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. Making data colonialism liveable: how might data's social order be regulated? **Internet Policy**

Review, [s./], v. 8, n. 2, p. 1-16, 2019b. Disponível em:

<https://policyreview.info/articles/analysis/making-data-colonialism-liveable-how-might-datas-social-order-be-regulated>.

Acesso em 13 mar. 2026.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. **The costs of connection:** how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019c.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. The decolonial turn in data and technology research: what is at stake and where is it heading? **Information, Communication & Society**, [s.l.], v. 24, n. 4, p. 786–802. 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2021.1986102#abstract>. Acesso em 13 mar. 2026.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Brasília: UnB, 2000.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FINE, Bem; SAAD-FILHO, Alfredo. **O capital de Marx.** Lisboa: Editorial Presença, 2018.

LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e a acumulação primitiva de dados. **Germinal - Marxismo e Educação em Debate**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 56-78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>. Acesso em: 13 mar. 2026.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Trabalho e valor nas mídias sociais: uma análise sob as lentes do marxismo. **Trabalho & Educação**, [s.l.], v. 27, p. 111-130, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9784>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Plataformas digitais: uma análise sob as lentes da crítica da economia política. **Trabalho & Educação**, [s.l.], v. 32, p. 127-150, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/49408>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Ilusões da razão idealista: os limites da competência em informação como instrumento para mitigar o fenômeno social da desinformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 18, p. 1-23, 2025. Disponível em:

<https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/760>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MARTINS, Helena. Vigilância no capitalismo contemporâneo. **E-Compós**, v. 25, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2592>. Acesso em 13 mar. 2026.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 533-535.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. Prefácio. *In*: MARX, Karl. **Para crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2024, p. 23-28.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILAN, Stefania; TRERÉ, Emiliano. Big data from the south(s): beyond data universalism. **Television & New Media**, [s.l.], v. 20, n. 4, p. 319-335, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476419837739>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MOULIER-BOUTANG, Yann. **Cognitive capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, Vinícius Sousa de. Contribuições à crítica da hipótese do colonialismo de dados de Nick Couldry e Ulisses A. Mejias. *In*: Colóquio internacional Marx e o Marxismo, 2025, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2025.

PAULA, João Antônio. A "introdução" dos Grundrisse. *In*: PAULA, João Antônio (org.). **O ensaio geral**: Marx e a crítica da economia política (1857-1858). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Peru Indígena**, [s./l.], v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RICAURTE, Paula. Data epistemologies, The coloniality of power, and resistance. **Television & New Media**, [s./l.], v. 20, n. 4, p. 350–365, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476419831640>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SAFATLE, Vladimir. O grande FMI universitário: como o colonialismo domina os estudos decoloniais. **Revista Piauí**, Edição 232, jan. 2026a. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/como-o-colonialismo-domina-os-estudos-decoloniais>. Acesso em 13 mar. 2026.

SAFATLE, Vladimir. Tréplica: quem pensa abstratamente? Um grave problema de interpretação e alguns esclarecimentos. **Revista Piauí**, 09 fev. 2026b. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/vladimir-safatle-quem-pensa-abstratamente>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SEGURA, Maria Soledad; WAISBORD, Silvio. Between data capitalism and data citizenship. **Television & New Media**, [s./l.], v. 20, n. 4, p. 412–419, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1527476419834519>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SETO, Kenzo Soares. Subimperialismo de dados: uma crítica ao colonialismo de dados diante das Big Techs sul-americanas. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, [s.l.], v. 25, n. 2, p. 165–184, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/19199>. Acesso em: 13 mar. 2026.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press. 2016.

SRNICEK, Nick. Valor, renda e capitalismo de plataforma. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 2-13, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/24920>. Acesso em: 13 mar. 2026.

THATCHER, Jim; O’Sullivan, David; Mahmoudi, Dillon. Data colonialism through accumulation by dispossession: New metaphors for daily data. **Environment and Planning D: Society and Space**, [s.l.], v. 34, n. 6, p. 990-1006, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263775816633195>. Acesso em: 13 mar. 2026.

VAN DIJCK, Jose. Datification, dataism and dataveillance: Bib Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 197-2028. 2014. Disponível em: <https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/view/datafication>. Acesso em: 13 mar. 2026.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa em andamento recebe apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENÇA DE USO

Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#) (CC BY 4.0).

PUBLISHER

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL

Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês da Silva.

COMO CITAR

MARQUES, Rodrigo Moreno. Colonialismo de dados segundo Nick Couldry e Ulises Mejias: uma análise sob a ótica da crítica da Economia Política. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, p. 1-25, jan./jun. 2026.